



portalbenews.com.br

ANVISA Agência atualiza normas de vigilância epidemiológica para portos e aeroportos ► **p3**

ESTILO BE Na coluna desta semana, Ivani Cardoso relata a recente viagem que fez à Itália e dá dicas sobre o que visitar na Puglia ► **p12**



Autoridades defendem maior investimento em infraestrutura

Divulgação/Grupo Brasil Export

Divulgação/Grupo Brasil Export

Divulgação/Grupo Brasil Export



Futuro presidente do TCU, secretário especial do PPI e secretária-executiva do MPor destacaram importância de projetos durante o Brasil Export 2024 ► **p4**

Eduardo Oliveira/MPor



SUAPE

Obras de recuperação do molhe recebem investimento de R\$ 123 milhões ► **p3**

SC Porto de Itajaí recebe primeira atracação de navio no terminal da JBS ► **p6**

ARTIGO Luiz Dias Guimarães reflete sobre a destruição da vida selvagem e o impacto do descaso humano com o meio ambiente ► **p8**

ARTIGO Infraestrutura e desenvolvimento exigem mais colaboração e revisão legislativa, diz Adilson Luiz Gonçalves ► **p9**

EDITORIAL

A Amazônia como Motor da Bioeconomia

A parceria entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) é um importante marco para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e para o Brasil como um todo. A instalação de um escritório da FGV no CBA, com o objetivo de impulsionar a bioeconomia, sinaliza uma nova era de oportunidades para a Amazônia, transformando-a em um polo de inovação e desenvolvimento econômico.

A bioeconomia, que busca gerar valor a partir da biodiversidade de forma sustentável, apresenta um enorme potencial para a Amazônia. A região possui uma rica diversidade biológica, com um vasto potencial para o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em diversos setores, como a agricultura, a indústria química e a farmacêutica. Ao investir em pesquisa e desenvolvimento, a parceria entre a FGV e o CBA contribuirá para a descoberta e a valorização desses recursos naturais, gerando emprego e renda para a população local.

A formação de profissionais especializados em bioeconomia, através dos programas de capacitação oferecidos pela FGV, é outro aspecto fundamental dessa parceria. Ao investir na qualificação da mão de obra, o Brasil estará fortalecendo sua capacidade de inovar e de competir em um mercado global cada vez mais exigente.

A iniciativa conta com o apoio de diversas instituições, o que demonstra a importância que a bioeconomia tem ganhado no cenário nacional. A união de esforços entre o setor público, o setor privado e as instituições de pesquisa é fundamental para superar os desafios e aproveitar as oportunidades que a bioeconomia oferece.

A Amazônia, por muito tempo vista como uma fronteira a ser explorada de forma predatória, agora se posiciona como um celeiro de inovação e desenvolvimento sustentável. A parceria entre a FGV e o CBA representa um passo importante nessa direção, demonstrando que é possível conciliar a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento econômico.

É fundamental que o governo continue investindo em políticas públicas que estimulem a bioeconomia e a inovação na Amazônia.

Ao fortalecer o ecossistema de inovação da região, o Brasil estará contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável e próspero para todos.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 4 Autoridades ressaltam urgência de aumentar os investimentos em infraestrutura

HUB

- 3 Azul anuncia ampliação de seus voos na Bahia

NACIONAL

- 3 Ministério de Portos emite ordem de serviço para obras no molhe de Suape

Anvisa atualiza normas de vigilância epidemiológica para portos e aeroportos

- 5 Conselho Nacional das ZPEs aprova quatro novos projetos industriais

REGIÃO SUL

- 6 Porto de Itajaí recebe primeira atracação de navio no terminal da JBS

REGIÃO NORTE

- 7 FGV se une ao Centro de Bionegócios da Amazônia para impulsionar a bioeconomia

REGIÃO SUDESTE

- 7 Navio que colidiu na ponte Rio-Niterói deixa o Porto do Rio de Janeiro

OPINIÃO

- 8 Enquanto cantar o sabiá, por Luiz Dias Guimarães

- 9 Infraestrutura como destaque, por Adilson Luiz Gonçalves

ESTILO BE

- 10 Comportamento, arte e tendências, com a jornalista Ivani Cardoso



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jaclyra Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News
Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News
Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News
Mônica Mathias

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista, Marília Sena,
Paulo José Ribeiro, Yousefe Sipp e
Vitória Malafati (estagiária)

Colunista
Ivani Cardoso

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@redebenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenenews.com.br

PUBLICIDADE

publicidade@redebenews.com.br

(11) 91615.1200



**LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES**
leopoldo.figueiredo@redebenews.com.br

Bahia azul 1

A companhia aérea Azul anunciou nessa sexta-feira, dia 11, a ampliação de seus voos na Bahia. Agora, a empresa passa a explorar mais três rotas dentro do estado, ligando a capital Salvador aos municípios de Lençóis, Guanambi e Barreiras. As viagens, que já estão sendo comercializadas nos canais oficiais da empresa, passam a ser oferecidas aproveitando a maior procura dessa região durante a temporada de verão.

Bahia azul 2

Os novos voos foram comemorados pelo CEO da Azul, John Rodgers. "Somos a maior empresa aérea na Bahia em número de destinos atendidos. Aliamos a alta procura pelas belezas, culinária e cultura baianas com nossa expertise de operações no estado e a nossa frota diversa para incluir a Bahia, com destaque, em nossos planos de conectar o Brasil com o próprio Brasil. Queremos atender cada vez mais tanto os tradicionais quanto novos clientes, especialmente na alta temporada, e colaborar para incentivar todas as formas de turismo doméstico", afirmou.

Programa premiado

O Latam Pass foi escolhido, pelo segundo ano consecutivo, como o "Programa de Fidelidade do Ano de Companhias Aéreas das Américas" pelo Frequent Traveler Awards (FTA), única premiação de alcance mundial voltada a esses programas. O Latam Pass ainda recebeu, pela primeira vez, o destaque na categoria "Melhor Capacidade de Acúmulo e Resgate". A seleção dos ganhadores ocorre por meio de eleição realizada entre os usuários. Neste ano, mais de três milhões de clientes de 186 países participaram.

Dólar em alta 1

Em um dia de tensão no mercado financeiro, o dólar superou a barreira de R\$ 5,60 e fechou no maior valor em um mês nessa sexta-feira, dia 11. E a bolsa de valores reverteu a alta da quinta-feira, dia 10, e acumulou recuo de mais de 1% na semana. O dólar comercial encerrou o dia vendido a R\$ 5,615, com alta de R\$ 0,027 (+0,5%). A cotação chegou a iniciar em baixa, mas passou a subir após uma entrevista em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a possibilidade de elevar a faixa de isenção do Imposto de Renda para além de R\$ 5 mil em troca da taxa de super-ricos.

Dólar em alta 2

Na máxima dessa sexta-feira, por volta das 10h55, a moeda norte-americana chegou a R\$ 5,65. A divisa está na maior cotação desde 12 de setembro. Na semana, o dólar acumula alta de 0,36%.

Ministério de Portos emite ordem de serviço para obras no molhe de Suape

Projeto tem um investimento total de R\$ 123 milhões e irá melhorar a infraestrutura do porto

Eduardo Oliveira/MPor



Cerimônia de assinatura da ordem de serviço e repasse de recursos para as obras no molhe no Porto de Suape reuniu autoridades federais e estaduais

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

ao longo dos últimos anos. Os trabalhos de recuperação visam garantir a integridade do local, assim assegurando condições seguras para manobras e atracação de navios, além de minimizar a ação das ondas e correntes marítimas.

O Ministério de Portos e Aeroportos emitiu, nessa sexta-feira (11), a ordem de serviço para as obras da quarta fase de recuperação do molhe do Porto de Suape (PE). Com objetivo de melhorar toda a infraestrutura do complexo portuário, essas intervenções vão receber investimentos de R\$ 123 milhões.

As obras referem-se à recomposição do prolongamento do molhe, que sofreu danos significativos na berma hidráulica

Segundo o Ministério de Portos e Aeroportos, os trabalhos estão programados para começar ainda neste mês de outubro e deverão ser concluídos em maio de 2028. Do total do valor investido, R\$ 50 milhões são da carteira do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e R\$ 73 milhões do Governo de Pernambuco.

Suape responde por quase 8% do PIB de Pernambuco, tendo 83 empresas e indústrias

em sua área e gerando mais de 20 mil empregos. Sem dúvida representa uma grande parcela na economia do estado.

O secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Alex Ávila, destacou que o complexo de Suape possui o maior potencial de crescimento e desenvolvimento do país. Além disso, Ávila enfatizou a participação dos portos do Nordeste e Norte para escoamento da safra.

"Digo isso de forma muito assertiva, porque a gente vem acompanhando os números: até o final desta década, nós teremos, provavelmente, até 50% da nossa safra agrícola sendo escoada pelos portos do Norte e Nordeste. Então, nós temos, sim, que ter um olhar especial

para o Norte e Nordeste. E quando a gente tem a oportunidade de visitar o Porto de Suape, a gente tem a nítida certeza que temos aqui um belo potencial a ser explorado", comentou.

Segundo o Ministério, outra obra importante para o complexo portuário é a sua dragagem, que já recebeu investimentos de quase R\$ 200 milhões, ampliando o calado máximo dos navios que escalam em seus berços e, assim, atraindo embarcações de maiores dimensões.

A emissão da ordem de serviço reuniu autoridades locais, como a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSDB), e o presidente do complexo portuário, Márcio Guiot.

Anvisa atualiza normas de vigilância epidemiológica para portos e aeroportos

Novas diretrizes incluem planos de contingência anuais e simplificação de processos para viajantes sem risco à saúde pública

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atualizou as normas de vigilância epidemiológica para portos e aeroportos brasileiros, com o objetivo de reduzir o risco de entrada e disseminação de doenças por meio de viajantes e mercadorias. A nova norma, aprovada pela diretoria colegiada esta semana,

estabelece novas diretrizes para administradores de portos e aeroportos, bem como para companhias aéreas e marítimas que operam nessas áreas. A publicação oficial das regras está prevista para os próximos dias.

"Recentemente, algumas situações necessitaram de medidas de rígido controle e vigilância epidemiológica. Como exemplos, podemos citar os casos importados de sarampo e a emergência em saúde pública de importância internacional

(ESPII) da nova variante do vírus causador da mpox na África", explicou a Anvisa.

Entre as principais mudanças, está a exigência de que os administradores de portos e aeroportos mantenham planos de contingência que, a partir de agora, precisarão ser testados anualmente em pontos estratégicos de entrada no país.

Além disso, a Anvisa simplificou processos relacionados à detecção e resposta inicial para viajantes com condições clíni-

cas que não representem risco à saúde pública. "O objetivo, nesse caso, é destravar operações que antes aguardavam liberação da Anvisa", afirmou a agência.

Outra novidade é que a emissão do Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia (CIVP), que comprova a imunização contra diversas doenças, deixa de ser centralizada na Anvisa. Agora, o documento é emitido diretamente pelo sistema Meu SUS Digital.

Autoridades ressaltam urgência de aumentar os investimentos em infraestrutura

Vital do Rêgo, Marcus Cavalcanti e Mariana Pescatori apontaram desafios econômicos e climáticos durante o fórum Brasil Export

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

Em um momento em que o Brasil busca alavancar o crescimento econômico e superar gargalos históricos, autoridades do Governo e de órgãos de controle reforçaram a necessidade de ampliação dos investimentos em infraestrutura. No fórum Brasil Export realizado de 8 a 10 deste mês, em Brasília (DF), o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, o secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Marcus Cavalcanti, e a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, defenderam a importância de aumentar a alocação de recursos e adaptar o setor às novas demandas globais, incluindo as mudanças climáticas.

Na palestra que proferiu no último dia do fórum, o ministro Vital do Rêgo destacou sua preocupação com o baixo investimento em infraestrutura no Brasil, que representa apenas 1,79% do Produto Interno Bruto (PIB). “Em 2023 eu fui relator das contas do Governo, e quando olhei o que nós tínhamos gasto em infraestrutura, fiquei muito decepcionado”, afirmou. Ele criticou a dependência excessiva do modal rodoviário, que movimenta 65% das cargas no país, enquanto a malha ferroviária e aquaviária são subutilizadas. “A nossa malha ferroviária movimenta apenas 20% da carga. Sabem quanto a China movimenta? 50% do seu PIB. Nos Estados Unidos, são 43% do PIB na malha ferroviária”, comparou. Vital do Rêgo ressaltou a urgência de aumentar os investimentos em infraestrutura para, pelo menos, 3% do PIB, conforme recomendação do TCU. Ele também apontou a importância de melhorar a acessibilidade dos investidores, com garantias de segurança jurídica, e sugeriu a isenção de ICMS para o transporte interno como forma de facilitar o desenvolvimento de modais como a cabotagem, que avançou com o programa de incentivo BR do Mar, mas ainda enfrenta desafios regulatórios.



O ministro do TCU Vital do Rêgo destacou a urgência de aumentar os recursos destinados à infraestrutura e crítica a dependência do modal rodoviário

Responsabilidade fiscal

O secretário especial do PPI, Marcus Cavalcanti, deu uma palestra após o último painel do fórum, “Modelagens, financiamentos e concessões de ativos de infraestrutura”. Ele reforçou que o Brasil tem demonstrado responsabilidade fiscal ao mesmo tempo em que mantém e expande programas sociais. Ele destacou o papel do investimento em infraestrutura como motor para o crescimento econômico, mencionando, por exemplo, que o orçamento do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) saltou de R\$ 5 bilhões para R\$ 18 bilhões em dois anos, com boa parte dos recursos vinda de empresas

privadas. “O setor privado vem confiando forte. Acabei de receber um grupo do setor portuário com investimentos de quase R\$ 600 milhões previstos para o Porto de Rio Grande (RS)”, disse.

Cavalcanti também salientou que o setor de infraestrutura é fundamental para gerar empregos e aumentar a renda da população. “Investimento faz com que a gente cresça e gere receita para diminuir nossa dívida, sem comprometer a parte social”, afirmou, ressaltando a necessidade de continuar investindo na educação para suprir a demanda crescente por mão de obra qualificada no setor.

Mudanças climáticas

Já a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, trouxe à tona um novo desafio para o setor: a adaptação às mudanças climáticas. No dia 10, durante sua participação no painel “Logística, mudanças climáticas e resiliência nas operações logísticas e de infraestrutura do Brasil”, ela alertou que, se nada for feito, até 2050, 76% dos portos brasileiros serão impactados pelos eventos climáticos extremos, e um terço deles já sentirá os efeitos até 2030.

“Vamos ter que sentar com o setor, verificar arrendamentos, concessões e adaptar nos-

sas infraestruturas para mitigar esses impactos”, afirmou, citando a enchente no Rio Grande do Sul, ocorrida entre maio e junho deste ano, que afetou consideravelmente o Aeroporto de Porto Alegre.

Mariana também destacou a importância de revisar os contratos de arrendamento e concessão para incluir cláusulas que abordem riscos climáticos e questões de seguros para eventos extremos. Segundo ela, a concessão da hidrovía do Rio Madeira, na região Amazônica, será a primeira a incluir obrigações relacionadas à redução de emissão de carbono, prevendo, inclusive, um fundo específico para casos de seca extrema.



O secretário do PPI Marcus Cavalcanti reforçou a importância do setor privado e da educação para suprir a demanda de mão de obra qualificada



Segundo Mariana Pescatori, portos, aeroportos e hidrovias devem incluir medidas para adaptação e resiliência frente a eventos climáticos extremos

Conselho Nacional das ZPEs aprova quatro novos projetos industriais

Estratégica para a transição energética, a iniciativa faz parte do plano de criação de hub de produção de hidrogênio verde no Ceará

Rodolfo Perdigão/Secom-MT



Um dos projetos aprovados é da TRC, que será a empresa-âncora da ZPE de Cáceres, em Mato Grosso, destinado à produção de tábuas, blocos e decks de madeira de teca

JÚNIOR BATISTA
redacao.jornal@redeneews.com.br

O Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) aprovou quatro novos projetos industriais em ZPE. Entre eles está um empreendimento em Mato Grosso destinado à produção de tábuas, blocos e decks de madeira de teca, que será a empresa-âncora da ZPE de Cáceres. O projeto da empresa TRC prevê a geração de 140 empregos diretos e investimentos totais de R\$ 24 milhões.

As empresas que se instalam em tais espaços têm acesso a tratamento tributário, cambial e administrativo específicos para promover a maior competitividade de seus produtos no mercado internacional.

O conselho também aprovou o maior projeto de produção de hidrogênio verde em larga escala do Brasil, a ser instalado na ZPE de Complexo do Pecém, no Ceará. Como contrapartida, o projeto vai utilizar bens e serviços nacionais e

investir em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Estratégica para a transição energética, a iniciativa faz parte do plano de criação de hub de produção de hidrogênio verde no Ceará. O projeto da Brasil Fortescue Sustainable Industries Ltda prevê R\$ 17,5 bilhões em investimento, com capacidade de produção de 1,2 gigawatts (GW), por ano, podendo chegar a 2,1 GW em uma possível segunda fase do projeto, que está alinhado à Missão 5 (Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas) da Nova Indústria Brasil (NIB).

“O Brasil tem todas as condições para ser o grande protagonista da transformação ecológica que o mundo inteiro busca. E este projeto, com investimentos significativos, é um grande passo nessa direção. A ZPE de Pecém se torna um símbolo dessa nova era, onde a indústria e a preservação do meio ambiente caminham juntas”, afirma o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

A resolução do CZPE que

AS EMPRESAS QUE SE INSTALAM EM TAIS ESPAÇOS TÊM ACESSO A TRATAMENTO TRIBUTÁRIO, CAMBIAL E ADMINISTRATIVO ESPECÍFICOS PARA PROMOVER A MAIOR COMPETITIVIDADE DE SEUS PRODUTOS NO MERCADO INTERNACIONAL.

autoriza a implementação da empresa na ZPE de Pecém foi assinada nesta quarta-feira, 9, pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, em reunião com o governador do Ceará, Elmano de Freitas.

A previsão é que o projeto gere mais de 9 mil postos de trabalho diretos e indiretos. A fase de implementação deve começar ainda neste mês de outubro. O início das operações está previsto para agosto de 2028.

Mais aprovações

ZPE de Bacabeira (MA): Foi aprovado o projeto industrial destinado à produção de querosene de aviação renovável (SAF), diesel comum e renovável, diesel marítimo (MGO) e gasolina. A refinaria modular de combustíveis será a empresa âncora da ZPE de Bacabeira (MA), garantindo a operacionalização dessa nova ZPE, criada na última reunião do conselho, em 22 de maio. O projeto prevê investimentos da ordem de R\$ 8 bilhões e a geração de 2.300 postos de trabalho nas fases de implementação e operação.

ZPE de Parnaíba (PI): A instalação de indústria de fabricação de féculas e amidos vegetais, para exportação, foi aprovada para a ZPE de Parnaíba (PI). O projeto prevê o envolvimento da indústria com a agri-

cultura local. A região do baixo Parnaíba e uma das principais regiões produtoras de mandioca do Piauí e Maranhão. A estimativa é que o projeto gere cerca de 40 empregos diretos e 500 indiretos. O investimento previsto é de R\$ 40 milhões.

Exportação de Serviços

O Conselho das Zonas de Processamento de Exportação também aprovou a lista de serviços qualificáveis ao regime das ZPE, que será colocada em consulta pública ainda neste mês. Foram definidas 76 atividades, com base na Nomenclatura Brasileira de Serviços (NBS).

Para a construção da lista foram considerados alguns dos serviços mais exportados pelo país, na modalidade em que o prestador está no Brasil e o consumidor do serviço está no exterior. A partir desses critérios, foram selecionados serviços de base tecnológica e que utilizam mão de obra qualificada para aproveitar as inovações tecnológicas, de alto valor agregado e relacionados à Missão 4 – Transformação Digital, da Nova Indústria Brasil.

REGIÃO SUL

Porto de Itajaí recebe primeira atracação de navio no terminal da JBS

Terminal será o primeiro do Brasil a implementar o VTS por meio de uma empresa nacional, trazendo mais segurança e agilidade às operações

Divulgação/Porto de Itajaí



O Lamanai, de bandeira de Hong Kong, tem 300 metros de comprimento e 45,2 metros de largura. A embarcação veio do Porto de Paranaguá carregando contêineres refrigerados

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

Após quase dois anos, o Porto de Itajaí (SC) recebeu nesta sexta-feira, 11 de outubro, uma operação de movimentação de contêineres no terminal da JBS, responsável pela área arrendada do complexo portuário. O navio Maersk Lamanai atracou no berço 2 pela manhã, marcando o início das movimentações de cargas da operadora portuária desde que adquiriu a área.

O Lamanai, de bandeira de Hong Kong, tem 300 metros de comprimento e 45,2 metros de largura. A embarcação veio do Porto de Paranaguá (PR) carregando contêineres refrigerados (reefer) no terminal da JBS.

Fábio da Veiga, superintendente do Porto de Itajaí, celebrou o início das operações da JBS na área arrendada do complexo portuário e destacou a retomada do desenvolvimento econômico do município.

“Com o início das operações, a JBS Terminais projeta movimentar cerca de 58 mil TEUs por mês, superando a meta mínima contratual de 44 mil TEU. Estamos confiantes de que este será um novo ciclo de

crescimento para o Porto de Itajaí”, disse.

Segundo a SPI, após a operação em Itajaí, o navio deixou o terminal e seguiu viagem para o Porto de Santos (SP).

Segundo a Praticagem de Itajaí, está prevista a chegada de mais dois navios na próxima semana: o NC Breda e o Irenes Rule estão programados para atracar no berço 2 nos dias 16 e 17 de outubro, respectivamente.

Segundo apurado pelo BE News, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro de Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, deverão acompanhar a movimentação de uma das embarcações dentro do terminal da JBS. A data prevista ainda será confirmada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Alfandegamento

No último dia 4 de outubro, a Receita Federal liberou o alfandegamento do terminal de contêineres do complexo portuário de Itajaí à Seara, do Grupo JBS.

O documento expedido pelo órgão federal permitiu a retomada das operações de contêineres e da atracação de navios nos berços 1 e 2 do complexo

portuário. O processo de alfandegamento foi iniciado após o Grupo Seara ter assumido oficialmente a área concedida, ocorrida no mês de maio.

O processo de arrendamento transitório, promovido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), foi vencido pela empresa Mada Araújo. Neste ano, o Grupo JBS passou a assumir o controle da Mada após adquirir as ações da empresa. O prazo da concessão provisória é de dois anos.

Mesmo antes do alfandegamento ser liberado pela Receita, diversos navios da JBS atracaram no Porto de Itajaí, mas no cais público, que pertence ao operador SC Portos.

Desde então, sete navios já atracaram em Itajaí, marcando a volta das operações de contêineres e carga geral no complexo portuário. Foram eles: o Star Lysefjord e o CMA CGM Platon no mês de julho; o Chipol Changan, MSC Kalamata, Maersk Lota e o MSC Illinois no mês de setembro; em outubro o NC Bruma realizou operação no cais público.

Retomada econômica

Conforme já divulgado, o Porto

de Itajaí passará a contar com cinco linhas regulares de navios que vão operar contêineres na área da JBS Terminais. Com a ampliação da movimentação de cargas, a JBS Terminais pretende não apenas atingir, mas superar suas metas contratuais, impulsionando ainda mais o comércio exterior e consolidando Itajaí no mapa da logística global.

O município de Itajaí vive a expectativa por um grande impulso da economia na região, visando a criação de empregos diretos e indiretos, até o fortalecimento de empresas ligadas ao comércio exterior, além de recuperar o potencial do setor portuário dentro do cenário nacional e internacional.

“Estamos dando início a um novo ciclo de desenvolvimento, não apenas para a nossa empresa, mas para toda a região de Itajaí. Este é um projeto que vai além das nossas operações, pois seu impacto será sentido na geração de empregos e na dinamização da economia local, reforçando o papel de Itajaí como um dos grandes centros portuários do Brasil. É um momento de grande orgulho para todos nós”, disse Aristides Russi Junior, diretor-executivo da JBS Terminais.

“
COM O INÍCIO
DAS OPERAÇÕES,
A JBS TERMINAIS
PROJETA
MOVIMENTAR
CERCA DE 58 MIL
TEUS POR MÊS,
SUPERANDO A
META MÍNIMA
CONTRATUAL
DE 44 MIL TEU.
ESTAMOS
CONFIANTES
DE QUE ESTE SERÁ
UM NOVO CICLO
DE CRESCIMENTO
PARA O PORTO
DE ITAJAÍ”

FÁBIO DA VEIGA
superintendente
do Porto de Itajaí

REGIÃO NORTE

FGV se une ao Centro de Bionegócios da Amazônia para impulsionar a bioeconomia

Parceria busca desenvolver projetos sustentáveis e capacitar profissionais especializados na biodiversidade amazônica

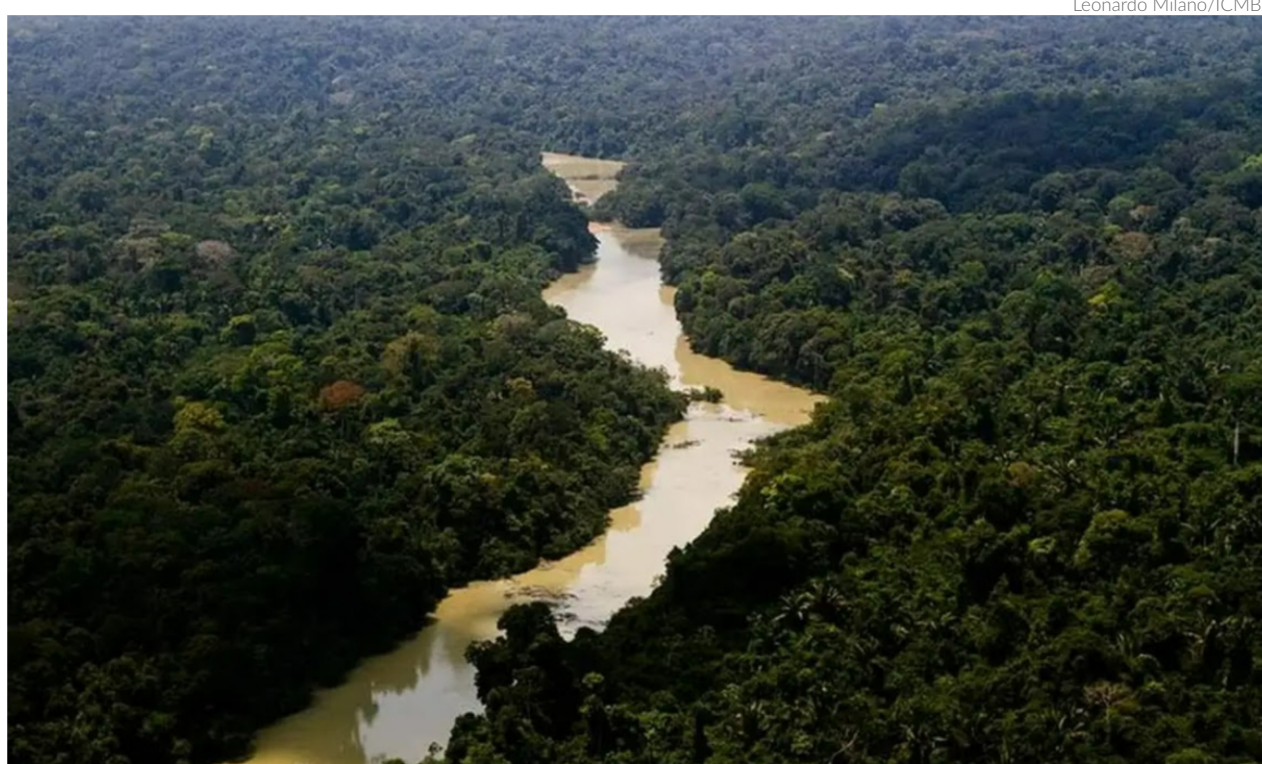
Leonardo Milano/ICMbio

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebeneews.com.br

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) instalará um escritório no Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA), em Manaus. A parceria foi anunciada na quinta-feira, 10. A intenção é impulsionar o desenvolvimento de projetos sustentáveis e fomentar a bioeconomia na região.

A iniciativa, que conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), faz parte da transformação do CBA em um hub de inovação de referência, conectando startups, empresas e pesquisadores para gerar soluções inovadoras a partir da rica biodiversidade amazônica.

A parceria vai estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa de mercado e atração de investimentos que busquem agregar valor à biodiversidade



Amazônia: a parceria vai estimular o desenvolvimento de projetos de pesquisa de mercado e atração de investimentos para agregar valor à biodiversidade de forma sustentável

de forma sustentável.

A FGV oferecerá programas de capacitação para formar profissionais especializados em bioeconomia, contribuindo para o desenvolvimento de uma força de trabalho qualificada na região.

O hub de inovação do CBA

conta ainda com o apoio de instituições como Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), além do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São

Paulo (IPT) e centros de pesquisa que atuam na região amazônica. A parceria visa transformar o CBA em um polo de referência para a bioeconomia, atraindo investimentos e promovendo o desenvolvimento sustentável da região.

“Isso será muito importan-

te para o planejamento e a gestão do CBA em função de toda competência e experiência que a Fundação Getúlio Vargas tem há muitos anos na gestão pública”, afirma o secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do MDIC, Rodrigo Rollember.

Para o diretor-geral do CBA, Marcio de Miranda, estar junto com a FGV permite ampliar a agenda de desenvolvimento. “É um parceiro extremamente experiente, tanto no que diz respeito a realizar estudos com mercados importantes para bioeconomia da Amazônia como no que diz respeito à sua tradição na formação de recursos humanos”, diz.

Segundo o presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen Leal, o maior benefício é poder ter uma compreensão maior dos problemas que o CBA tem que enfrentar, e resolver, “a fim de que essas soluções possam ser mais rápidas e gastem menos recursos escassos”.

REGIÃO SUDESTE

Navio que colidiu na ponte Rio-Niterói deixa o Porto do Rio de Janeiro

Vendida para a armadora Rota Shipping em leilão, a embarcação NM Luiz segue para a Turquia

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebeneews.com.br

ção seguirá para a Turquia após ter sido vendida em leilão para o armador turco Rota Shipping, pelo valor de R\$ 6,2 milhões.

A manobra para saída do São Luiz contou com o apoio de quatro rebocadores além de equipes especializadas. Durante a passagem do navio pelo canal de acesso ao cais comercial do Porto do Rio de Janeiro, o tráfego teve de ser temporariamente interrompido. Após deixar o complexo portuário, o graneleiro foi escoltado por rebocadores oceânicos até seu destino.

O navio, que estava ancorado desde 2016 e sem tripulação desde 2018, enfrentava um impasse jurídico entre sua antiga proprietária, Navegação Mansur, e seus credores, que o manteve parado por anos.



A operação de remoção do NM Luiz ainda inclui o pagamento de despesas acumuladas no período em que o navio estava atracado. A antiga proprietária será responsabilizada pelos custos anteriores à venda, enquanto que os novos pro-

prietários vão assumir os gastos após a aquisição.

Além das questões financeiras e jurídicas, o navio também gerou preocupações ambientais ao despejar óleo e ferrugem na Baía de Guanabara, afetando a biodiversidade local.

O NM Luiz, que estava ancorado desde 2016, enfrentava um impasse jurídico entre sua antiga proprietária, Navegação Mansur, e seus credores, que o manteve parado por anos

Acidente

O navio São Luiz, que estava ancorado no Porto do Rio de Janeiro, colidiu com um dos pilares da Ponte Rio-Niterói no dia 14 de novembro de 2022. Em razão do acidente, a via precisou ser fechada, em ambos os sentidos, vindo a ser liberada 17 horas depois.

Posteriormente, uma perícia realizada no local apresentou que a colisão do navio não comprometeu a estrutura da ponte, embora tenha causado danos.

O navio graneleiro São Luiz, conhecido por colidir com a Ponte Rio-Niterói, no Rio de Janeiro, em novembro de 2022, deixou o Porto do Rio de Janeiro nesta semana rumo à Turquia. A embarcação foi rebocada em operação definida pela Praticagem RJ e pela PortosRio, Autoridade Portuária dos portos públicos do estado.

O São Luiz, que agora foi rebatizado como NM Luiz, deixou o complexo portuário do Rio de Janeiro na última quarta-feira, 9 de outubro. A embarca-

OPINIÃO



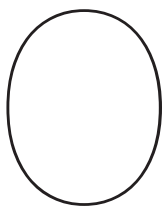
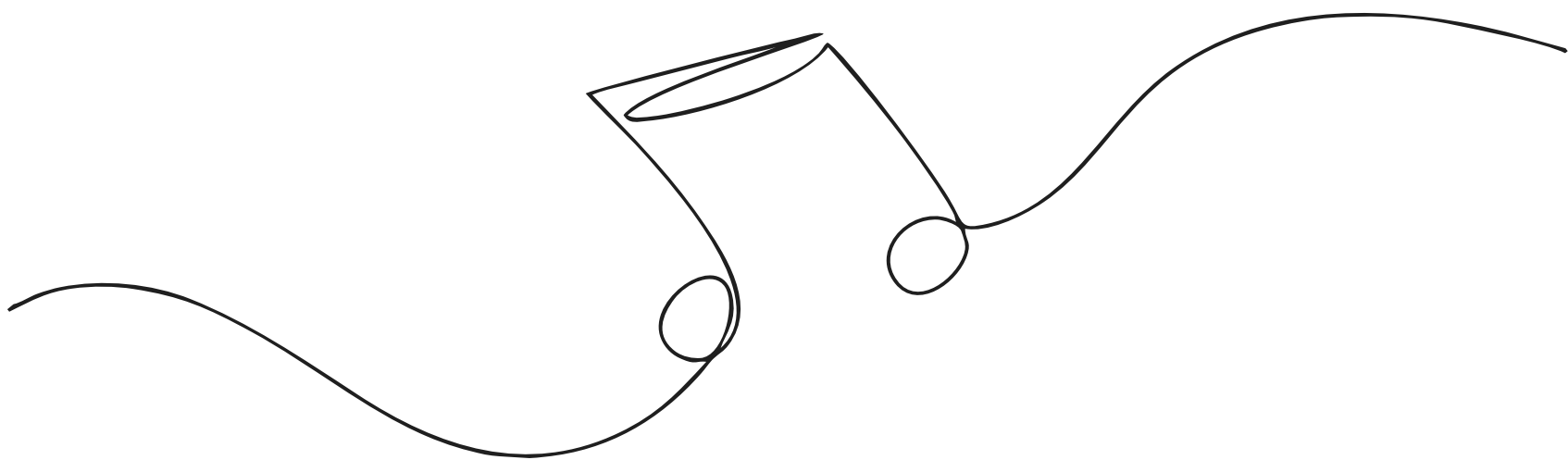
LUIZ DIAS GUIMARÃES

jornalista

opinião@redebeneews.com.br

► GESTÃO

Enquanto cantar o sabiá



uço o canto do sabiá no imenso jardim em que passo os meus dias trabalhando. Isso é que importa, ter um jardim e um sabiá. Frequentemente crianças visitam este lugar cuja história remonta a 1532. Suspeito que sempre foi frequentado por pássaros. Mas não sei por quanto tempo mais.

Ainda estou sob o impacto da notícia. A WWF, organização internacional não governamental, divulgou relatório denunciando que nos últimos 50 anos o mundo perdeu em média 73 por cento da vida selvagem. Na América Latina, 95 por cento. O levantamento, feito em parceria com o Instituto de Zoologia de Londres, monitora populações de 5.495 espécies de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes.

É apenas uma das facetas da crueldade que estamos fazendo com nosso mundo, e temos só cinco anos para não atingir o ponto de não retorno. Cinco míseros anos para reequilibrar o sistema. O desequilíbrio ambiental – alerta a WWF – é geral. A vida sempre funcionou assim, como se o homem equilibrasse pratos chineses girando na ponta das varas. Agora os pratos de louça estão girando trôpegos como se o sol e a lua fizessem curvas no céu.

O que fizemos nós? Por que não nos preocupamos antes até que soassem gemidos desse moribundo? Quem mexeu no meu queijo, antes disposto em imensas prateleiras que alimentaram tão vasta história?

Não, não relaterei mais detalhes do trágico relatório, mais um soar de trombeta entre tantos outros nos últimos tempos. Não buscarei culpados. E não pesquisarei detalhes das espécies que se extinguem, como os botos cor de rosa que tiveram um declínio de 65 por cento. Afinal, mesmo me encantando com sua formosura e iludido com as lendas, não pretendo ir à Amazônia, porque, confesso, ainda lá resistem répteis e outros

animais que não quero por companhia, ainda que reconhecendo a importância deles para o equilíbrio dos pratos.

Esse descaso com a fumegante Amazônia, uma das maiores vítimas do processo, assim como os corais hoje esbranquiçados nos recifes, até que ponto não é só aparente? Eis o xis da questão, o quanto nos preocupamos e agimos suficientemente para nos salvar.

Há uma letargia nas políticas governamentais, há também um ritmo lento nas iniciativas privadas devido ao risco de comprometer a saúde financeira das organizações e desequilibrar a economia do planeta. E há, em ampla dimensão, uma névoa a encobrir às vistas individuais o que está por vir. Afinal, o perigo nos assusta e gera mal-estar.

Fato é que fugimos da trágica realidade. O imediatismo da vida, com seu rigor tanto para realização de prazeres como para enfrentamento dos problemas, nos deixa com ouvidos moucos. Então não ligamos para os distantes furacões, maremotos, incêndios, secas e outros sinais.

Neste fim de inverno confesso ter-me incomodado com o vento. Talvez seja o avançar da idade. Antes o vento me despertava românticas sensações, trazendo frio ou calor. Desta vez não, e inúmeras vezes me incomodei com seu rigor. Mas penso como será a vida sem vento benfazejo. Sem o respirar profundo das montanhas. Sem a matreirice das borboletas, o frescor das flores e o sabor dos peixes que até então me alimenta.

Serei eu egoísta ao não agir o suficiente para movimentar os pratos? Às vezes penso que de alguma maneira passei a vida a me deliciar com os queijos na prateleira, sem pensar que um dia eles acabariam. É que fiquei enfeitiçado com o canto do sabiá neste jardim, palco da minha própria sinfonia.

HÁ UMA LETARGIA NAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS, HÁ TAMBÉM UM RITMO LENTO NAS INICIATIVAS PRIVADAS DEVIDO AO RISCO DE COMPROMETER A SAÚDE FINANCEIRA DAS ORGANIZAÇÕES E DESEQUILIBRAR A ECONOMIA DO PLANETA. E HÁ, EM AMPLA DIMENSÃO, UMA NÉVOA A ENCOBRIR ÀS VISTAS INDIVIDUAIS O QUE ESTÁ POR VIR. AFINAL, O PERIGO NOS ASSUSTA E GERA MAL-ESTAR



ADILSON LUIZ GONÇALVES

Engenheiro, pesquisador universitário e escritor.
Membro da Academia Santista de Letras

opinião@redebnews.com.br

► ESTRATÉGIA

Infraestrutura como destaque

i, recentemente, que parlamentares manifestaram entender a infraestrutura como prioridade para o desenvolvimento do País. Imagino que quando elaboram as leis, eles são assessorados não apenas em questões constitucionais, mas principalmente na análise das consequências do que propõem e votam.

Fazendo uma analogia com a atividade empresarial, o lançamento de um novo produto é precedido de minuciosa análise de mercado.

Constatada a oportunidade, campanhas publicitárias de monta são produzidas, as vendas são monitoradas, coletando a opinião dos clientes. Caso constatado um problema de produção, “recalls” estão previstos, sempre com a preocupação de atender ao mercado, mas também preservar a imagem da empresa. Produtos obsoletos são modernizados, surgindo novas versões, mas também podem ser retirados do mercado.

É assim com as leis?

Esses mesmos parlamentares que consideram a infraestrutura como uma prioridade, entendem as consequências das leis que aprovam ou das que estão vigentes sobre esse entendimento? Creio que não, pois a instabilidade jurídica e regulatória que tem prejudicado o desenvolvimento sustentado do Brasil tem muito a ver com a legislação vigente, que permite interpretações e personalismos.

Consta que há temor em aprovar certos licenciamentos por órgãos especializados, da mesma forma que, uma vez emitidos, eles podem ser questionados e objeto de judicialização. Isso vale tanto no caso de contratações públicas como no de empreendimentos privados. Com isso, investimentos que gerariam tributos, empregos e incremento do setor de serviços, demoram anos para serem efetivados, geram desistências ou são desestimulados.

Nossa legislação se presta a todo tipo de argumentação pró e contra qualquer coisa. Certa vez, num evento, um palestrante usou a expressão “litigância predatória”. Ela só existe porque nosso arcabouço legal permite procedimentos deletérios, sem que os responsáveis respondam pelas consequências de suas ações. E essas consequências vão muito além da protelação continuada, pois impactam direta e indiretamente a sociedade e o próprio desenvolvimento nacional.

Os Três Poderes são sustentados pela sociedade, mas parece que alguns de seus membros não têm a exata noção do que isso representa.

O orçamento de cada um deles depende da arrecadação de tributos, os quais são gerados pela sociedade. No caso dos governos, é por meio desses tributos que são prestados

serviços essenciais, como saúde, educação e segurança.

Cada vez mais a iniciativa privada é conclamada a investir em empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o País, infraestrutura em destaque, até por que ela está diretamente associada ao “Custo Brasil”. Porém, como planos estratégicos não têm força de lei, começa uma maratona de obstáculos a ser vencida, com alto risco de desistência nesse percurso.

Alguns alegam que os projetos são mal feitos. Há alguma razão nisso, mas bem que poderia haver um pouco mais de colaboração de quem licencia ou julga para melhorá-los, entendendo os benefícios potenciais de sua consumação. Reiterando, são os recursos da arrecadação de tributos que sustenta toda a estrutura dos Três Poderes, incluindo salários, vantagens e benefícios autoconcedidos.

Uma economia fraca impacta negativamente na sustentabilidade das instituições, mas principalmente resulta em subemprego ou desemprego, o que aumenta a demanda por programas sociais. Em alguns casos, o que se constata é que os auxílios se transformam em renda complementar ao emprego informal, o que mais tarde onerará significativamente o sistema previdenciário público.

Como diz o ditado: “Dinheiro não nasce em árvores”.

Uma forma de mitigar esse cenário e suas consequência é estimular o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentado, que geram empregos formais e tributos.

As obras de infraestrutura de energia e transporte são fundamentais nesse processo, pois são indispensáveis para outras atividades econômicas. Sua concretização depende de licenciamentos ambientais e, conseqüentemente, da legislação pertinente, que deve ser bastante clara, para evitar interpretações; e o mais racional possível, para evitar radicalismos e proselitismos de qualquer espécie.

Assim sendo, se os parlamentares consideram a infraestrutura como prioritária para o Brasil, sua contribuição efetiva para transformar essa percepção em fato passa necessariamente pela revisão da legislação atual, em múltiplos aspectos, sobretudo jurídicos, licitatórios e ambientais. Isso deve ocorrer de forma objetiva e célere, de maneira que passemos de um cenário que mais se assemelha ao de estagnação/restrrição, para do efetivo desenvolvimento sustentado, conciliando aspectos ambientais, sociais e econômicos sem radicalismos ideológicos, inconseqüências, ou predominância de interesses pessoais ou corporativos sobre questões de Estado.

Isso já será um ótimo começo! No entanto, há outras coisas a atualizar e inovar na legislação brasileira, inclusive no que se refere a cada um dos Três Poderes, suas atribuições e responsabilidades de seus atores.

ESSES MESMOS PARLAMENTARES QUE CONSIDERAM A INFRAESTRUTURA COMO UMA PRIORIDADE, ENTENDEM AS CONSEQUÊNCIAS DAS LEIS QUE APROVAM OU DAS QUE ESTÃO VIGENTES SOBRE ESSE ENTENDIMENTO?



IVANI CARDOSO
ivani@redenenews.com.br

VIAGEM

Ti voglio bene, Puglia

Meu sonho antigo era conhecer a Costa Amalfitana, mas nesta volta à Itália eu me encantei com a Puglia, banhada pelos mares Jônico e Adriático, em harmonia perfeita com planície e montanha. A volta pela costa do Adriático tem paisagens lindas, estradas mais seguras, falésias e um mar azul e cristalino.

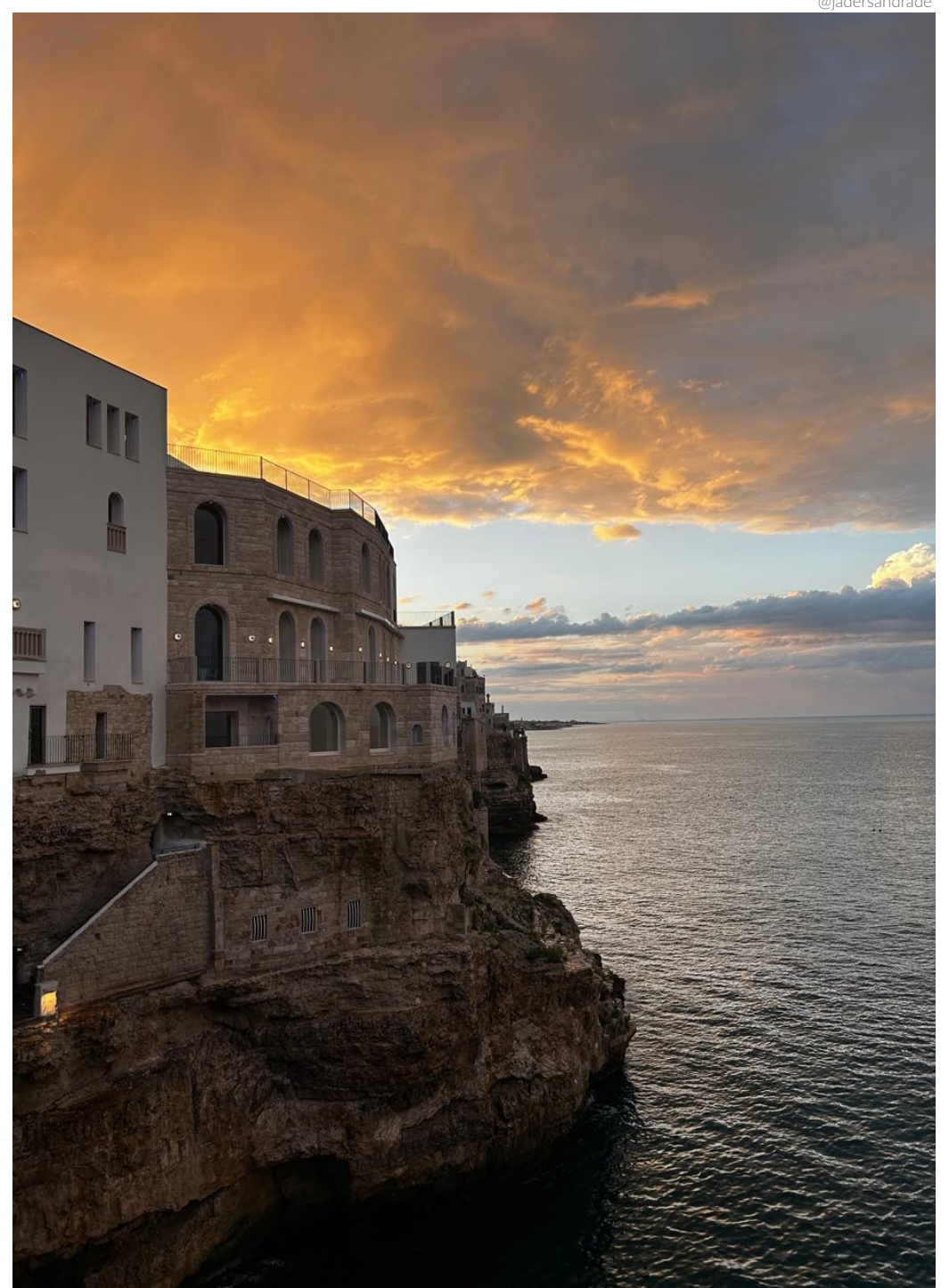
O melhor é que não há aquela invasão de turistas, escadas e subidas íngremes que desafiam o corpo. Na Puglia tudo é mais calmo, mais suave, parece um espaço afinado com o ritmo da natureza em nós.

Matera não faz parte da Puglia, mas vale muito a visita. Mel Gibson a escolheu para filmar "A Paixão de Cristo" e desde 1993 a cidade subterrânea de pedras é um Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

No mapa da Itália, Puglia (Apúlia) está no calcanhar da bota. A capital, Bari, é uma cidade portuária e universitária, com o centro histórico de ruas estreitas e pequenas descobertas, e um sorvete tradicional, Gentile, delicioso. Bom mesmo é conhecer vilarejos charmosos como Lecce e "Florença do Sul" por conta da arquitetura barroca; Alberobello com seus "trulli", construções de pedra com telhados cônicos; Ostuni e suas casas brancas, pintadas, pelo que contam, quando a cidade passou por uma seca e várias epidemias.

E tem mais: Leuca, que tem um farol que é considerado um dos mais importantes da Itália; Gallipoli, Taranto e o meu lugar preferido, Polignano a Mare, maravilhosa e com entardeceres mágicos. Eu me surpreendi com Martina Franca, que não é tão conhecida, onde comi em uma cantina deliciosa chamada La Tana, frequentada pelos moradores locais.

Teria muito a falar, mas as imagens do amigo Jader Andrade resolvem o problema. Alugue um carro, aproveite o azeite e a burrata, massas frescas



Final de tarde em Polignano a Mare

e o oricchiette (pasta em forma de orelha, encontradas em vários cantos), pratos com peixes e frutos do mar, sorvetes, doces (comi tanto tiramissu que posso ficar algum tempo sem eles) e vinhos, muitos vinhos que renovam o prazer de bebê-los a cada dia. E o principal: não tenha pressa e deixe a vida acontecer à sua volta. Já deu vontade de voltar...

